



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

014. PROVA OBJETIVA

COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(Bob Thaves, "Frank & Ernest". <https://cultura.estadao.com.br>. 12.11.2019)

01. De acordo com o ponto de vista do personagem, é correto concluir que

- (A) a veiculação de informações pessoais hoje continua sendo indesejada tal como acontecia antigamente.
- (B) o poder de exposição do mundo contemporâneo reitera o desejo de se alcançar reconhecimento popular.
- (C) a alta exposição online das informações pessoais hoje em dia fomenta o desejo de manter-se distante dela.
- (D) a indiscrição com a exposição de informações pessoais se acentuou hoje graças às redes sociais.
- (E) o anonimato continua sendo um critério de organização da vida pessoal, como era antigamente.

02. Na passagem "**com** a exposição online das informações pessoais", a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de

- (A) comparação, equivalendo, em norma-padrão, a "como as informações pessoais são expostas online".
- (B) causa, equivalendo, em norma-padrão, a "devido à exposição online das informações pessoais".
- (C) consequência, equivalendo, em norma-padrão, a "à partir da exposição online das informações pessoais".
- (D) modo, equivalendo, em norma-padrão, a "sob à exposição online das informações pessoais".
- (E) conclusão, equivalendo, em norma-padrão, a "da forma como as informações pessoais são expostas online".

03. Antigamente, eu desejava que todo mundo _____ meu nome e _____ quem eu _____.

Em conformidade com a norma-padrão, a correlação dos tempos verbais está garantida com o preenchimento das lacunas, respectivamente, com as formas:

- (A) conhecia ... sabia ... fora
- (B) conhecera ... soubera ... serei
- (C) conheceu ... soube ... seria
- (D) conhece ... sabe ... sou
- (E) conhecesse ... soubesse ... era

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 10**.

Custosa Mobilidade

O tráfego intenso e os longos deslocamentos necessários em diversas cidades brasileiras tomam, além de tempo, cada vez mais recursos dos usuários e da sociedade.

Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, como mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. O valor é 7% maior que o do levantamento anterior.

No plano individual, o ônus do transporte vem aumentando. Além de custar mais e beneficiar uma parcela menor da população, o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público.

Para evitar o agravamento de uma situação já dramática, governantes, em particular os das metrópoles, devem promover políticas de desincentivo ao uso de carros.

Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York entrará nesse rol até o fim de 2020.

Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público – opção para aqueles que não desejam tirar seus automóveis da garagem.

Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.

Não se trata, contudo, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, pois, para o avanço dessa agenda.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 08.11.2019. Adaptado)

04. O texto argumenta favoravelmente à

- (A) proibição do transporte individual, substituído plenamente pelo coletivo.
- (B) mobilidade urbana, com o incentivo aos transportes individual e coletivo.
- (C) criação de pedágios urbanos, com o incremento do transporte individual.
- (D) limitação do transporte individual, mais poluente e mais custoso ao país.
- (E) economia no setor de transporte, com pedágios e menor investimento.

05. O último parágrafo do texto autoriza afirmar que

- (A) os dados da pesquisa do Instituto Ipsos confirmam que a questão do transporte público paulistano padece de uma dificuldade intransponível.
- (B) a população do Estado de São Paulo, em sua grande maioria, aceita deixar o carro em casa para que o transporte público seja modernizado.
- (C) a questão do transporte público na cidade de São Paulo pode sofrer uma transformação positiva, ainda que exista dificuldade para isso.
- (D) o avanço de uma agenda a favor de melhoria no transporte público no Estado de São Paulo sofre pressão contrária de 30% dos paulistanos.
- (E) os paulistanos estão dispostos a deixar o carro na garagem desde que a ideia de cobrança de pedágios seja posta de lado por definitivo.

06. Nos trechos “o **ônus** do transporte vem aumentando” (3º parágrafo), “Nova York entrará nesse **rol** até o fim de 2020” (5º parágrafo) e “Há boa margem, pois, para o avanço dessa **agenda**” (8º parágrafo), os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) encargo; lista; tema.
- (B) custo; categoria; lei.
- (C) criação; relação; projeto.
- (D) preço; projeto; programa.
- (E) sistema; grupo; compromisso.

07. Considere as passagens do texto:

- Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, **como** mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. (2º parágrafo);
- Não se trata, **contudo**, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, **pois**, para o avanço dessa agenda. (8º parágrafo).

Os sentidos que as conjunções destacadas exprimem e as conjunções que poderiam substituí-las nas passagens são, correta e respectivamente:

- (A) causa; consequência; conclusão / já que; tanto que; assim.
- (B) comparação; conclusão; explicação / tal qual; portanto; então.
- (C) comparação; concessão; explicação / assim como; mesmo; porque.
- (D) conformidade; adversidade; conclusão / conforme; porém, portanto.
- (E) conformidade; explicação; adversidade / segundo; por isso; entretanto.

08. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão, as informações do 7º parágrafo – Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. – estão corretamente reescritas em:

- (A) Reconheça-se, que ações do gênero, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (B) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, reconheça-se que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (C) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (D) Reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (E) Reconheça-se que, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, ações do gênero, são politicamente difíceis.

09. Uma alternativa _____ essa situação já dramática é a criação de pedágios urbanos, com _____ restrição _____ circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York chegará _____ rol até o fim de 2020.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... a ... à ... a esse
- (B) à ... a ... à ... nesse
- (C) a ... a ... a ... à esse
- (D) à ... à ... à ... a esse
- (E) a ... à ... a ... nesse

10. Há expressão em linguagem figurada no trecho:

- (A) ... o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público. (3º parágrafo)
- (B) Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades... (5º parágrafo)
- (C) Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público... (6º parágrafo)
- (D) Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. (7º parágrafo)
- (E) ... 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. (8º parágrafo)

11. Mauro comprou um carro. Deu $\frac{1}{3}$ do valor total como en-

trada e financiou $\frac{3}{4}$ do valor restante. A quantia que falta

para completar o valor total será paga em uma única parcela, após o término do financiamento. O valor dessa parcela final corresponde, do valor total do carro, a

- (A) $\frac{1}{8}$
- (B) $\frac{1}{6}$
- (C) $\frac{1}{5}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{1}{3}$

12. Em determinado dia, um fabricante entregou 1 100 caixas de certo produto, que foram totalmente repartidas entre 3 clientes distintos, A, B e C. Sabe-se que o cliente B recebeu 100 caixas a mais que o cliente A, e que este, por sua vez, recebeu a metade do número de caixas recebidas pelo cliente C. A diferença entre os números de caixas recebidas pelo cliente C e pelo cliente B é igual a

- (A) 300.
- (B) 250.
- (C) 200.
- (D) 150.
- (E) 100.

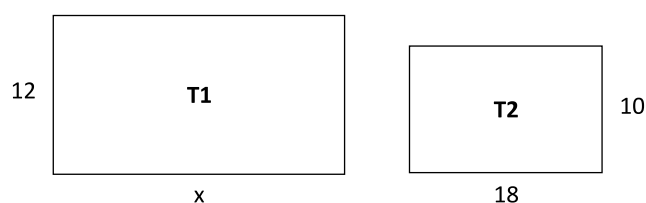
13. Em uma empresa, 6 máquinas iguais, de mesmo rendimento, trabalhando de forma simultânea e sem interrupções, produzem 540 unidades de certa peça a cada três horas. Para passar a produzir 600 unidades da mesma peça a cada 2 horas, nas mesmas condições operacionais, essa empresa precisará adquirir, das mesmas máquinas, mais

- (A) 4 unidades.
- (B) 5 unidades.
- (C) 6 unidades.
- (D) 7 unidades.
- (E) 8 unidades.

14. Na lata de certa tinta, há a seguinte instrução: “Diluição: usar 80 mL de água para cada 1 200 mL de tinta.” Felipe separou 1 200 mL dessa tinta e, por descuido, adicionou 110 mL de água. Para que a tinta preparada tenha a concentração recomendada pelo fabricante, Felipe precisará adicionar à mistura uma quantidade de tinta igual a

(A) 0,35 litro.
(B) 0,40 litro.
(C) 0,45 litro.
(D) 0,50 litro.
(E) 0,55 litro.

15. Considere os terrenos retangulares T1 e T2, ilustrados a seguir, com dimensões indicadas em metros.



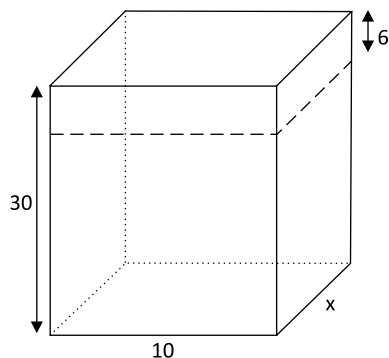
Sabendo-se que, na divisão do perímetro do terreno T1 pelo perímetro do terreno T2, o quociente é 1,5 e o resto é zero, a área do terreno T1 é igual a

(A) 280 m^2 .
(B) 336 m^2 .
(C) 360 m^2 .
(D) 384 m^2 .
(E) 408 m^2 .

16. Os preços dos produtos P e Q, em reais, eram representados por x e $0,8x$, respectivamente. Sabe-se que ambos os preços tiveram um aumento de 25%, e a soma dos dois preços, após o aumento, ficou igual a R\$ 270,00. Desse modo, é correto afirmar que o preço do produto P, antes do aumento, era igual a

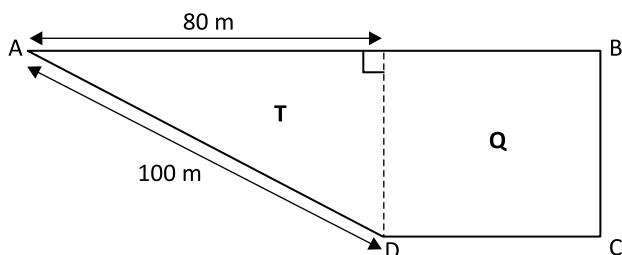
(A) R\$ 150,00.
(B) R\$ 145,00.
(C) R\$ 140,00.
(D) R\$ 125,00.
(E) R\$ 120,00.

17. A altura original de um bloco retangular de madeira, que era igual a 30 cm, teve que ser reduzida em 6 cm, conforme mostra a figura, com dimensões indicadas em centímetros.



Sabe-se que a redução na medida da altura reduziu o volume original em 900 cm^3 . Desse modo, o volume do bloco passou a ser de

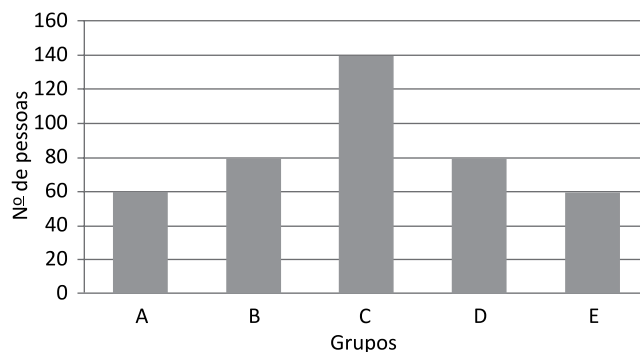
- (A) 4500 cm^3 .
 (B) 4200 cm^3 .
 (C) 3800 cm^3 .
 (D) 3600 cm^3 .
 (E) 3200 cm^3 .
18. Uma praça ABCD é composta por uma região quadrada Q e uma região com a forma de um triângulo retângulo T, conforme mostra a figura.



A área total dessa praça é de

- (A) 8400 m^2 .
 (B) 6000 m^2 .
 (C) 4800 m^2 .
 (D) 4600 m^2 .
 (E) 3600 m^2 .
19. Os tempos gastos para a execução dos trabalhos A e B, juntos, somaram 4 horas e 24 minutos, sendo que a execução do trabalho B durou 26 minutos a mais que a do trabalho A. Se a execução do trabalho B teve início às 8 horas e 12 minutos, então ela foi concluída às
- (A) 9 horas e 36 minutos.
 (B) 9 horas e 59 minutos.
 (C) 10 horas e 11 minutos.
 (D) 10 horas e 37 minutos.
 (E) 10 horas e 45 minutos.

20. Uma pesquisa de mercado feita para avaliação de certo produto ouviu pessoas de 5 grupos distintos, previamente selecionados, cuja distribuição encontra-se representada no gráfico:



Do número total de pessoas ouvidas nessa pesquisa, sabe-se que a razão entre o número de mulheres e o número de homens era $\frac{3}{4}$, e que 15% dos homens ouvi-

dos fizeram parte do grupo E. O número de mulheres integrantes do grupo E era

- (A) 44.
 (B) 40.
 (C) 36.
 (D) 30.
 (E) 24.

R A S C U N H O

21. Começa nesta quinta-feira (27) – manhã de sexta-feira (28) no horário local – o encontro da 14ª Cúpula do G20 em Osaka, no Japão. A cúpula vai reunir líderes das maiores economias do mundo, e deve ser marcada por discussões sobre conflitos comerciais globais.

(G1. <https://glo.bo/2pALpSH>. Publicado em 27.06.2019. Adaptado)

Entre tais conflitos, destaca(m)-se

- (A) os embates político-comerciais entre o Mercosul e a Venezuela.
- (B) a guerra comercial entre China e Estados Unidos.
- (C) os problemas relacionados aos produtos comerciais brasileiros no mercado europeu.
- (D) os conflitos que envolvem a disputa pelo petróleo na América do Sul.
- (E) os problemas ligados ao boicote à Coreia do Norte.

22. Ao final da sessão do Supremo desta quinta (7), o ministro que preside o Supremo Tribunal Federal (STF) desempatou o julgamento e afirmou que o Congresso pode fazer mudanças na legislação caso entenda que a prisão após condenação em segunda instância deva voltar a valer. Em seu voto, o referido ministro disse que estava seguindo a vontade do parlamento, que, na sua avaliação, determina que o condenado só pode ser preso depois de esgotados todos os recursos, e tribunais superiores.

(G1. <https://glo.bo/2NyExhL>. Publicado em 08.11.2019. Adaptado)

O presidente do Supremo Tribunal Federal é

- (A) Gilmar Mendes.
- (B) Edson Fachin.
- (C) Luiz Fux.
- (D) Dias Toffoli.
- (E) Marco Aurélio Mello.

23. O dia 10 de agosto de 2019 poderá ser classificado como um momento-chave na história recente da Amazônia. Hoje, ele já é conhecido pelo fato de que produtores rurais da região Norte do país teriam iniciado um movimento de ação conjunta. Essa suspeita está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Ontem, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou haver indícios de uma “ação orquestrada” para agir em pontos da floresta.

(Uol. <https://bit.ly/36Q3bSp>. Publicado em 27.08.2019. Adaptado)

O fato citado pelo texto ficou conhecido como

- (A) Dia do Agronegócio.
- (B) Dia do Fogo.
- (C) Dia da Pecuária.
- (D) Dia do Madeireiro.
- (E) Dia da Fronteira Agrícola.

24. O acordo de livre comércio eliminará as tarifas de importação para mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos. Para os produtos que não terão as tarifas eliminadas, serão aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. O processo de eliminação de tarifas varia de acordo com cada produto e deve levar até 15 anos contados a partir da entrada em vigor da parceria intercontinental.

(EBC. <https://bit.ly/2WZkZpX>. Publicado em 19.06.2019)

O referido acordo de livre comércio envolve o Mercosul e

- (A) o BRICS, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- (B) a OMC – Organização Mundial do Comércio.
- (C) a U. E. – União Europeia.
- (D) a APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.
- (E) a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

25. O governo anunciou nesta quarta (30) que o país não será mais a sede do fórum da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019 (COP-25) devido à recente onda de protestos.

(Folha de S. Paulo. <https://bit.ly/33vP42G>. Publicado em 30.10.2019)

O país a que o texto se refere é

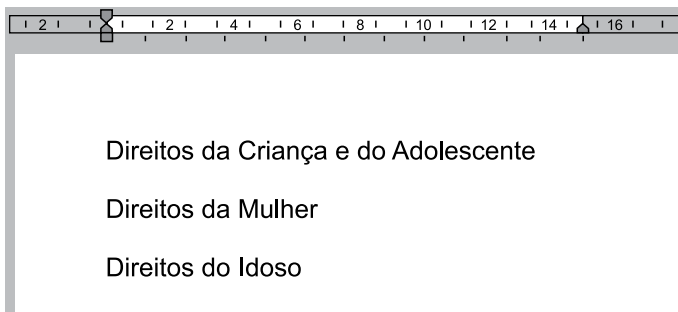
- (A) o Uruguai.
- (B) o México.
- (C) a Colômbia.
- (D) a Bolívia.
- (E) o Chile.

26. Assinale a alternativa que apresenta apenas extensões de arquivos reconhecidas por padrão, no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, como arquivos de imagens.

- (A) bmp e pptx.
- (B) xlsx e docx.
- (C) txt e jpg.
- (D) jpg e png.
- (E) png e doc.

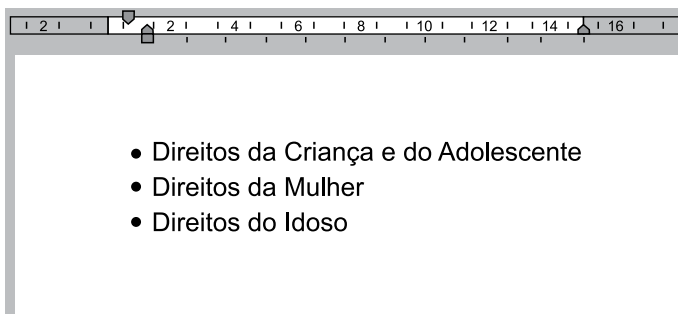
27. Um usuário, editando um documento por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, digitou alguns parágrafos, conforme visto na imagem ANTES.

ANTES



Em seguida, selecionou os parágrafos e acionou um recurso do MS-Word 2010, que deixou o documento conforme visto na imagem DEPOIS.

DEPOIS



O recurso utilizado pelo usuário foi

- (A) Numeração.
- (B) Espaçamento.
- (C) Marcadores.
- (D) Aumentar Recuo.
- (E) Diminuir Recuo.

28. Um assistente social preparou a planilha exibida a seguir por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Fator de Risco	Quantidade
2	Fator 1	10
3	Fator 2	2
4	Fator 3	5
5	Fator 4	14
6	Fator 5	9
7		

Após preencher a fórmula =CONT.SE(B2:B6;">10") na célula B7, o valor exibido será

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 14
- (D) 19
- (E) 40

29. Um usuário, preparando uma apresentação sobre os fatores de risco mais comuns, deseja adicionar um gráfico em um slide do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, e utiliza o ícone apresentado a seguir.



Gráfico

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, o nome da guia e do grupo onde se localiza o ícone Gráfico, exibido na imagem.

- (A) Design; Gráfico.
- (B) Design; Ilustrações.
- (C) Inserir; Imagens.
- (D) Inserir; Gráfico.
- (E) Inserir; Ilustrações.

30. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente um atalho por teclado no Google Chrome versão 78, em sua configuração padrão, com sua respectiva funcionalidade.

- (A) Ctrl + J: exibir o histórico de páginas acessadas.
- (B) Ctrl + T: abrir nova aba de navegação.
- (C) Ctrl + P: abrir nova aba de navegação.
- (D) Ctrl + N: imprimir página.
- (E) Ctrl + F: exibir o histórico de páginas acessadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A questão social é tema bastante discutido no Serviço Social e o acúmulo teórico produzido sobre essa categoria tem permitido avançar e ampliar a sua prospecção fundante na profissão. Concebida como resultado das tensões da relação capital e trabalho, é correto afirmar que a questão social é fruto da acumulação capitalista e, nesse modo de produção, a riqueza e a pobreza
- (A) estruturam-se em igualdade de condições.
 - (B) representam o ideal societário a ser alcançado.
 - (C) banalizam-se em um contexto complexo.
 - (D) avançam nas mesmas proporções.
 - (E) são complementares ainda que genéricas.
32. O Serviço Social, como expressão do trabalho coletivo no âmbito das políticas sociais, compõe o movimento progressivo de regulação e formulação de respostas institucionais às demandas postas pelas contradições da questão social. Faz parte do rol de profissões que, ao serem recrutadas pela estruturação do mercado, passam a ocupar lugares específicos na divisão social e técnica do trabalho. Como mediação privilegiada do trabalho profissional, frente às configurações da questão social, responde a requisições ditadas pela dinâmica da luta de classes e dessas com
- (A) a sociedade.
 - (B) as entidades sociais.
 - (C) o Estado.
 - (D) o usuário.
 - (E) os demais profissionais.
33. Diante da violação de direitos, decorrentes de negligência, violência, abandono, situações circunstanciais ou conjunturais, entre outras, o indivíduo detém maior ou menor capacidade de agir, estando, assim, em maior ou menor risco. Nesse sentido, entende-se o risco social em uma dimensão subjetiva, na qual o indivíduo contrabalança as condições de vulnerabilidade com as suas possibilidades e capacidades de enfrentá-las. Na perspectiva da responsabilidade pública, o entendimento é de que, diante do risco, cabe uma ação no campo da política, no sentido de possibilitar que a situação seja enfrentada em uma dimensão coletiva. Nessa direção, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) incide, nesse contexto, por meio da ampliação da proteção social básica e especial, fundamentada na garantia de padrões denominados pela Constituição Federal de
- (A) apoios suplementares.
 - (B) mínimos sociais.
 - (C) ativos permanentes.
 - (D) serviços integrais.
 - (E) iniciativas estruturantes.
34. Os direitos socioassistenciais, concretizados por meio da oferta de benefícios e serviços de assistência social, são derivados constitucionalmente e, portanto, são passíveis de serem reclamados. É correto afirmar que tais direitos são consubstanciados em ofertas, concentradas em três funções da assistência social: proteção social, vigilância social e defesa de direitos dos usuários, aspectos esses fundamentados no princípio
- (A) da responsabilidade social.
 - (B) da ação humanitária.
 - (C) da benevolência comunitária.
 - (D) do espírito solidário.
 - (E) da dignidade humana.
35. No âmbito da política de Assistência Social busca-se superar a concepção tradicional de família, reconhecendo os diferentes arranjos que atualmente caracterizam o universo familiar, comportando modelos, estruturas e dinâmicas distintas. Nesse sentido, os instrumentos metodológicos do trabalho social devem estar pautados em processo de reflexão sobre os possíveis condicionantes socioeconômicos e culturais da situação de vida das famílias. Isso favorece a percepção da dimensão individual e coletiva da problemática vivenciada, a definição de estratégias e de projetos de superação da situação de vulnerabilidade social, com vistas ao efetivo usufruto dos direitos sociais e à melhoria
- (A) da qualidade de vida da população.
 - (B) da tensão presente na solução de conflitos.
 - (C) de desequilíbrios próprios de sociedades capitalistas.
 - (D) da estruturação das relações familiares.
 - (E) da posição hierárquica dos membros desse grupo social.
36. A matricialidade sociofamiliar está presente em todo o processo de operacionalização da PNAS, da proteção social básica à proteção social especial, e por essa razão o foco da política de assistência social é o fortalecimento dos vínculos familiares. Nessa perspectiva, a família, vista como provedora de cuidados, deve ser apoiada para responder ao dever de sustento, guarda e educação de seus membros. A responsabilização das famílias pela situação na qual se encontram ou o seu fortalecimento como protagonistas sociais, são direções que se contrapõem no trabalho social com esse grupo. O correto entendimento do que significa a matricialidade sociofamiliar no SUAS é condizente com a compreensão da família como
- (A) grupo natural.
 - (B) formadora de opinião.
 - (C) sujeito de direitos.
 - (D) paradigma comportamental.
 - (E) guardiã de valores.

37. A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia e sustentabilidade de seus membros; é o *locus* primário de socialização, aprendizagem e desenvolvimento de capacidades humanas. Essa qualificação da família, como principal agente da socialização, foi determinante para sua primazia na concepção e implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). No entanto, para além da centralidade da família, a PNAS estabelece a matricialidade sociofamiliar, colocando em foco suas necessidades, o que significa compreender seu momento e situação social, na perspectiva de responder a tais aspectos a partir de suas
- (A) capacidades.
 - (B) especificidades.
 - (C) contradições.
 - (D) potencialidades.
 - (E) consequências.
38. A Política Nacional de Assistência Social, em sua concepção, atribui expressiva importância ao território na definição, planejamento e execução dos serviços. Compreender as vulnerabilidades e riscos em uma dimensão territorial, imprime à política de Assistência Social a perspectiva de identificar a questão social, agregando ao conhecimento da realidade, a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial. Aproximar-se do território no âmbito das políticas sociais implica em um deslocamento de rota e de escala, que busca articular elementos estruturantes com as particularidades e
- (A) singularidades dos lugares.
 - (B) domínios macrosociais.
 - (C) fragmentos geográficos.
 - (D) elementos atípicos.
 - (E) segmentos socioespaciais.
39. Vigilância Socioassistencial, Proteção Social e Defesa de Direitos são as três funções da política de assistência social, que possuem fortes relações entre si, na medida em que cada uma delas só se realiza em sua plenitude por meio da interação e complementariedade com as demais. A Vigilância Socioassistencial objetiva identificar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos. Deve, ainda, apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da produção e análise de informações sobre o financiamento, sobre as condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos, bem como sobre o tipo, volume, localização e qualidade
- (A) da gestão.
 - (B) das demandas.
 - (C) dos usuários.
 - (D) das ofertas.
 - (E) das necessidades.
40. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade singular da proteção social que desempenha as funções de gestão da proteção básica no seu território e de oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). A sua função de gestão territorial compreende: a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa. Esta função viabiliza o CRAS como porta de entrada para os usuários e como unidade de referência para os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no seu território de abrangência. A articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS e as diretrizes que norteiam a busca ativa são de responsabilidade
- (A) da equipe de referência.
 - (B) do conselho de assistência social.
 - (C) do gestor de assistência social.
 - (D) da comissão bipartite.
 - (E) do setor de monitoramento.
41. Na luta pela hegemonia na sociedade, as classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado, formulam e implementam formas diferenciadas de participação social, expressas por práticas educativas de mobilização e organização dessas classes. Embora desenvolvida em diferentes espaços sócio-ocupacionais, a participação social não se constitui como processo exclusivo da prática dos assistentes sociais. Porém, no âmbito do Serviço Social, a mobilização social e a organização inscrevem-se no corpo teórico-prático da profissão como elementos constitutivos, traduzindo nos movimentos da prática profissional modalidades de sua assimilação e
- (A) negação.
 - (B) sublimação.
 - (C) recriação.
 - (D) superação.
 - (E) sustentação.
42. A formulação da Política Nacional de Assistência Social está baseada nas seguranças afiançadas por esta política. As seguranças, compreendidas como garantias sociais, devem nortear todas as ações da PNAS, para assegurar a concretização de alguns direitos sociais reconhecidos pelo Estado. São seguranças afiançadas pelo CRAS, por meio da concretização do PAIF: o convívio familiar e comunitário, o desenvolvimento da autonomia e a
- (A) acolhida.
 - (B) empatia.
 - (C) generosidade.
 - (D) humanidade.
 - (E) reciprocidade.

- 43.** Provisões suplementares e provisórias integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Tratam-se dos Benefícios Eventuais, cuja concessão e valor são definidos, com base em critérios e prazos, pelos Conselhos de Assistência Social. O CNAS poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários para cada criança de até seis anos de idade, no valor de até vinte e cinco por cento do
- (A) bolsa família.
 - (B) auxílio-maternidade.
 - (C) piso fixo.
 - (D) benefício continuado.
 - (E) salário-mínimo.
- 44.** O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao tratar das competências do Município em relação à gestão dos Programas Bolsa Família (PBF) e de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), prevê a disponibilização aos CRAS, da relação de famílias dos respectivos programas, residentes em seu território de abrangência, em situação de descumprimento de condicionalidades. De acordo com o artigo 11 (parágrafo único) do referido Protocolo, nos casos em que a causa do descumprimento das condicionalidades for a falta de acesso das famílias às políticas de Assistência Social, Saúde e Educação, compete ao município, em conjunto com Estado e a União, elaborar estratégias para
- (A) cumprir as etapas de sanções às famílias beneficiárias.
 - (B) informar às famílias a suspensão do benefício no prazo estabelecido.
 - (C) suplementar o repasse em vista da superação da vulnerabilidade apresentada.
 - (D) sanar lacunas existentes na oferta dos serviços em seu território.
 - (E) informar as políticas envolvidas a fim de proceder à exclusão do programa.
- 45.** A Rede SUAS é composta por ferramentas que realizam registro e divulgação de dados sobre recursos repassados, acompanhamento e processamento de informações sobre programas, serviços e benefícios socioassistenciais, suporte à gestão orçamentária, entre outras ações relacionadas à gestão da informação do SUAS. Um dos Sistemas de Informação que compõe a Rede SUAS contém dados relativos às famílias inseridas nos serviços dos CRAS e CREAS, formas de acesso e encaminhamentos realizados, denominado
- (A) Cadastro do Sistema Único de Assistência Social (CadSUAS).
 - (B) Registro Mensal de Atendimento (RMA).
 - (C) Módulo de Acompanhamento da Família (MAF).
 - (D) Sistema de Autenticação de Atendimento (SAA).
 - (E) Resultados dos Serviços Executados (RSE).
- 46.** A partir do SUAS, o planejamento nas três esferas de governo ganhou maior importância, considerando a autonomia e competência de cada ente federado e as relações de cooperação e complementaridade entre eles, para a consolidação do Sistema. O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. As instâncias federadas deverão elaborar os respectivos planos a cada quadriênio, compondo em sua elaboração
- (A) as expectativas da população.
 - (B) a mensuração dos resultados.
 - (C) a participação qualificada.
 - (D) o diagnóstico socioterritorial.
 - (E) a leitura crítica externa.
- 47.** O monitoramento compõe o rol de atividades de gerenciamento do trabalho social com famílias do PAIF, compreendido como o acompanhamento contínuo e cotidiano por parte do Coordenador do CRAS da execução das ações, alcance de objetivos e de metas. O monitoramento dos encaminhamentos realizados para a rede socioassistencial, bem como para a rede setorial, depende do fluxo de informações negociado pelo Coordenador, em consonância com o órgão gestor municipal. Nessa direção, o monitoramento do desempenho dessa atividade de Gestão da Proteção Social Básica (PSB) no Território deve envolver os representantes
- (A) de interesses diversos.
 - (B) dos usuários dos serviços.
 - (C) de conselhos intersetoriais.
 - (D) dos setores implicados.
 - (E) de amplos segmentos.
- 48.** No processo de construção e regulação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a gestão do trabalho surge como uma questão estratégica e como eixo imprescindível à qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial. Conforme as atribuições dos diferentes níveis de gestão do SUAS, definidas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS), compete a cada uma delas contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços, conforme a necessidade da população e
- (A) as condições de gestão de cada ente.
 - (B) as previsões administrativas para contratação.
 - (C) os limites orçamentários do órgão gestor.
 - (D) o alcance das metas quantitativas de atendimento.
 - (E) as possibilidades efetivas de consolidação.

49. Tomando por base as diretrizes para a Política Nacional de Capacitação explicitada na NOB-RH do SUAS, a capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. Essa capacitação tem por fundamento a educação permanente e deve ser feita de forma
- (A) centralizada.
 - (B) competente.
 - (C) sustentável.
 - (D) homogênea.
 - (E) universal.
50. A Assistência Social no Brasil baseia-se no paradigma do direito social, à medida que é definida como política pública. As legislações e normativas que a regulamentam, como a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), concretizam essa dimensão, realizam reordenamentos institucionais, definem e firmam responsabilidades, hierarquizam e territorializam a proteção social oferecida, definem formas de financiamentos, elementos de pactuação e de
- (A) amplitude geral.
 - (B) controle social.
 - (C) tendência natural.
 - (D) participação compulsória.
 - (E) referência específica.
51. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei reconhecida internacionalmente e proporcionou muitos avanços no sentido da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. No entanto, há ainda muito a alcançar, especialmente em relação à questão da violência. O ECA define que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável ou em razão de sua conduta. Ainda de acordo com o ECA (art. 100), na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem
- (A) ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - (B) ao desenvolvimento de atividades ocupacionais.
 - (C) às mudanças comportamentais dos envolvidos.
 - (D) à educação para os direitos e deveres perante a sociedade.
 - (E) à formação para a cidadania responsável.
52. O ECA é uma Lei Federal (nº 8.069/1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil. É um ramo do direito especializado e está organizado nas partes geral e especial. A primeira parte traça os princípios norteadores do Estatuto; já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, Conselho Tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais. A partir do Estatuto, crianças e adolescentes, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser considerados como pessoas
- (A) autônomas.
 - (B) em isolamento.
 - (C) especiais.
 - (D) discriminadas.
 - (E) em desenvolvimento.
53. A violência contra a mulher pode ser compreendida como resultado da estruturação na sociedade de um tipo de relação em que todas as formas dessa violência encontram um denominador comum: o patriarcado. Para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, cria mecanismos para tanto. De acordo com o art. 5º dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou
- (A) afetivo.
 - (B) específico.
 - (C) patrimonial.
 - (D) subjetivo.
 - (E) permanente.
54. Ao definir o controle social como um dos seus eixos estruturantes, o texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) expressa o entendimento de que se deve produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos dispersos e desorganizados e a habilitação para que essa política seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlados pelos seus usuários. Promoção de eventos temáticos e reuniões itinerantes são estratégias sugeridas pela PNAS para essa finalidade. Outra linha de proposição por meio da qual o direito possa, em primeira instância, tornar-se reclamável para os cidadãos brasileiros é a criação de
- (A) centros de defesa.
 - (B) ouvidorias.
 - (C) pesquisas de satisfação.
 - (D) consulta pública.
 - (E) plantões.

- 55.** Em se tratando da gestão do Sistema Único de Assistência Social, a NOB/SUAS define que o citado Sistema se fundamenta na cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e estabelece as respectivas competências e responsabilidades comuns e específicas. Entre as responsabilidades dessas instâncias está a de garantir a organização, qualidade e resultados da rede socioassistencial. Conforme artigo 9º (parágrafo único) dessa normativa, considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre
- (A) as organizações da sociedade civil.
 - (B) aqueles com vínculo de parceria.
 - (C) as demais políticas setoriais.
 - (D) todas as unidades de provisão do SUAS.
 - (E) as instituições de natureza ampla.
- 56.** De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) é realizado em grupos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida e prevenir a ocorrência de situações de risco social. É um serviço preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades. O SCFV pode ser desenvolvido no CRAS, e em relação ao trabalho social com famílias no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) é de caráter
- (A) suplementar.
 - (B) integral.
 - (C) autônomo.
 - (D) complementar.
 - (E) complexo.
- 57.** Historicamente, na Assistência Social, o atendimento à população atingida por situações de emergência e calamidade pública era realizado por meio da atuação de assistentes sociais, em esquema de plantão. A partir da PNAS, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais define que a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, para a minimização dos danos e o provimento das necessidades verificadas, devem ser realizadas pelo Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que compõe a
- (A) proteção social especial de alta complexidade.
 - (B) vigilância socioassistencial.
 - (C) proteção social básica.
 - (D) proteção social especial de média complexidade.
 - (E) defesa social e institucional.
- 58.** O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) compõe a Proteção Social Básica que, além do enfrentamento das vulnerabilidades, direciona suas ações para a prevenção de situações de risco social. Atender a situações de vulnerabilidade ou risco requer a definição de fluxos e procedimentos entre as proteções básica e especial, entre CRAS e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) consolidando, assim, a referência e contrarreferência do usuário no SUAS. Conforme Orientações Técnicas sobre o PAIF, a equipe de referência do CRAS, ao atender ou acompanhar uma família e identificar situações de risco social, deve
- (A) respeitar sua opção.
 - (B) atender à situação no CRAS.
 - (C) definir o serviço a partir do nível do risco.
 - (D) requisitar atendimento especializado no CRAS.
 - (E) referenciá-la no CREAS.
- 59.** O atendimento familiar é a denominação dada ao procedimento de inclusão da família ou de algum de seus membros em alguma das ações do PAIF: acolhida, ações particularizadas, oficinas, encaminhamentos, ações comunitárias. Já o acompanhamento familiar é um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado e com a definição dos objetivos a serem alcançados. O processo prevê um encontro inicial, seguido do Plano de Acompanhamento Familiar, procedendo-se a escolha do tipo de acompanhamento, se particularizado ou em grupo. Concomitante à inserção em ações do PAIF e à avaliação conjunta (família e profissional),
- (A) procede-se o encerramento do caso.
 - (B) excluem-se as variáveis subjetivas.
 - (C) são realizadas as mediações periódicas.
 - (D) define-se a utilização de instrumentais.
 - (E) desenham-se metodologias adequadas.
- 60.** Itens inerentes à área de saúde, tais como, órteses, próteses, cadeiras de roda, óculos, leites, fraldas descartáveis, transporte de doentes, entre outros, não se constituem em provisões da política de assistência social. Assim é que, a recomendação do Conselho Nacional de Assistência Social, por meio da Resolução nº 39/2010 (art. 4º), aos órgãos gestores e Conselhos de Assistência Social é de que, ao promoverem o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais, no que se refere às provisões da política de saúde, observem
- (A) as reais necessidades da população.
 - (B) seus marcos regulatórios.
 - (C) o impacto de sua supressão.
 - (D) sua evolução histórica.
 - (E) sua dimensão empírica.

